



MULHERES QUILOMBOLAS E AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19

QUILOMBOLA WOMEN AND THE ABSENCE OF INTERCULTURAL
COMMUNICATION IN THE BATTLE AGAINST COVID-19

LAS MUJERES QUILOMBOLAS Y LA AUSENCIA DE COMUNICACIÓN
INTERCULTURAL PARA HACER FRENTE AL COVID-19

Ivonete da Silva Lopes

■ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-doutora pelo African & African Diasporas Studies (University of Wisconsin, EUA).

■ E-mail: ivonetelopes@ufv.br

Daniela de Ulysséa Leal

■ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

■ E-mail: daniela.ulysssea@ufv.br

Jéssica Suzana M. Cardoso

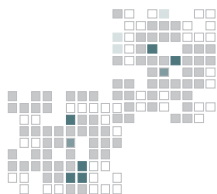
■ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

■ E-mail: jessica.smc Cardoso@gmail.com

Carina Aparecida Veridiano

■ Graduada em Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

■ E-mail: carina.veridiano@ufv.br



RESUMO

O debate sobre a adequação da comunicação às particularidades locais, gênero, classe, cultura e território tem se intensificado durante a pandemia. Este artigo se insere nessa perspectiva, objetiva compreender os hábitos de consumo de informação das mulheres da Comunidade Quilombola Buieié (Viçosa, MG) em comparação com as estratégias de comunicação adotadas pelo governo federal e mineiro para lidar com as especificidades das comunidades tradicionais no enfrentamento ao novo coronavírus. Foram entrevistadas nesta pesquisa 25 mulheres entre 18 e 76 anos. O resultado aponta muitos desencontros entre as estratégias de comunicação adotadas pelos governos e a realidade das sujeitas desta pesquisa. A comunicação governamental tem sido focada nos meios digitais em relação à exclusão digital da maioria das entrevistadas. As mulheres se informam pela televisão ou rádio, contudo há ausência de campanhas veiculadas nesses meios. A perspectiva de gênero e intercultural para comunidades quilombolas também têm sido negligenciadas pelas autoridades.

PALAVRA-CHAVE: COMUNIDADE QUILOMBOLA; COMUNICAÇÃO DE RISCOS; COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL; COVID-19.

ABSTRACT

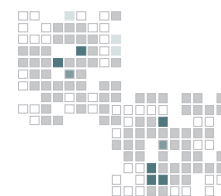
The debate about the adequacy of communication to local particularities, gender, class, culture and territory has intensified during the pandemic. This article is inserted in this perspective, aims to understand the information consumption habits of women from the Quilombola Buieié Community (Viçosa, MG) in comparison with the communication strategies adopted by the federal and Minas Gerais government to deal with the specificities of traditional communities in facing the new coronavirus. In this research 25 women between 18 and 76 years old were interviewed. The result points to many mismatches between the communication strategies adopted by the governments and the reality of the subjects of this research. Government communication has been focused on digital media in relation to the digital exclusion of most of the interviewees. Women are informed by television or radio, but there is an absence of campaigns broadcast in these media. The gender and intercultural perspectives for quilombola communities has also been neglected by the authorities.

KEYWORDS: QUILOMBOLA COMMUNITY; RISK COMMUNICATION; INTERCULTURAL COMMUNICATION; COVID-19.

RESUMEN

El debate sobre la adecuación de la comunicación a las particularidades locales, de género, clase, cultura y territorio se ha intensificado durante la pandemia. Este artículo se inserta en esta perspectiva, tiene como objetivo comprender los hábitos de consumo de información de las mujeres de la Comunidad Quilombola Buieié (Viçosa, MG) en comparación con las estrategias de comunicación adoptadas por el gobierno federal y de Minas Gerais para hacer frente a las especificidades de las comunidades tradicionales en el enfrentamiento del nuevo coronavirus. En esta investigación se entrevistó a 25 mujeres de entre 18 y 76 años. El resultado señala muchos desajustes entre las estrategias de comunicación adoptadas por los gobiernos y la realidad de los sujetos de esta investigación. La comunicación gubernamental se ha centrado en los medios digitales en relación con la exclusión digital de la mayoría de los entrevistados. Las mujeres se informan a través de la televisión o la radio, pero hay una ausencia de campañas difundidas en estos medios. Las perspectivas de género e interculturalidad para las comunidades quilombolas también han sido negligenciadas por las autoridades.

PALABRAS CLAVE: COMUNIDAD QUILOMBOLA; COMUNICACIÓN DE RIESGO; COMUNICACIÓN INTERCULTURAL; COVID-19.



1. Introdução

Diante de uma crise sanitária global do novo coronavírus, o local e suas especificidades de classe, gênero, território e outros marcadores sociais têm ganhado evidência nas pesquisas sobre comunicação e governança dos riscos da Covid-19 (Airhihenbuwa et al, 2020; Start et al., 2021 Lago et al, 2020, Etowa e Hyman, 2021; Lopes, 2021), inclusive sendo abordadas pelo viés da cultura popular (Oliveira, Sabbatini, 2020). Essas particularidades colocam à prova a habilidade das instituições peritas¹ e governamentais para lidar com o local, suas diferentes lógicas culturais e, sobretudo, desigualdades estruturais que impactam desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis em relação ao contágio do novo coronavírus.

No Brasil, os negros (pretos e pardos) formam o grupo mais vulnerável, convivem com riscos preexistentes como doenças crônicas, acesso restrito à saúde, moradias inadequadas e trabalham em atividades mais expostas ao vírus, como empregos domésticos e ou informais (Teixeira, 2020; Caldwell e Araújo, 2020; Gomes, 2020). São eles que possuem maior necessidade do suporte estatal. Na área da saúde, por exemplo, 67% dos que usam exclusivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) são negros e possuem alguma comorbidade, considerada como agravante da Covid-19, conforme aponta a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

Entre essa população vulnerável há distinção, o território é apenas uma delas que pode indicar ser a população rural, urbana, moradora em favela etc. Este trabalho traz resultados da pesquisa com mulheres negras, que possuem a especificidade

de serem uma comunidade tradicional. Formam um grupo culturalmente diferenciado, com a particularidade da organização social “[...] ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

A PNAD mostra que as mulheres negras (pretas e pardas) compõem o grupo social mais vulnerável do país, correspondem a 28,7% da população, mas representam 32,8 dos pobres que vivem com menos de \$5,50 dólares por dia e 9,1% dos extremamente pobres – com renda diária inferior a \$1,90. Diante deste contexto, este artigo tem dois objetivos. O primeiro é trazer para o debate a urgência do respeito e incorporação da interculturalidade nas práticas da comunicação e saúde, especialmente em crises sanitárias, como a vivenciada há quase dois anos pela Covid-19. O segundo objetivo é compreender os hábitos de consumo, a lógica cultural da comunidade quilombola estudada sob a perspectiva de gênero para tensionar com o modo como governo federal e do estado de Minas Gerais têm lidado com as especificidades das comunidades tradicionais.

2. Sobre o Buieié e a pesquisa

Comunidades Quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida (IBGE, 2020). Os quilombos, antigas unidades básicas de resistência de pessoas escravizadas (Soares, 2018), hoje se configuram espaços de novas resistências, especialmente em um momento de crise sanitária como a do novo coronavírus. O vírus que chegou pelas grandes cidades se disseminou pelo interior do país, inclusive em áreas remotas, nas quais as desigualdades de acesso geográfico podem significar barreiras fundamentais para

¹ De acordo com Giddens (1991) instituições peritas são sistemas de excelência técnica ou de competência profissional que organizam os ambientes material e social, precisam fornecer respostas claras e precisas à sociedade, já que estas organizações definem grande parte das ações do cotidiano.

a obtenção do cuidado no cenário pandêmico (Noronha et al., 2020). Além disso, a carência de infraestrutura dos serviços de saúde e a escassez de políticas públicas reforçam os prejuízos das populações rurais nos atendimentos em saúde (Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli, 2016, p. 119).

Na Região da Zona da Mata Mineira existem 20 comunidades quilombolas certificadas pelo governo federal². Uma delas é a Comunidade Quilombola Buieié (Viçosa, MG), território das entrevistadas neste artigo. No Buieié vivem 130 famílias que somam cerca de 600 pessoas, que na sua maioria possuem relação de parentesco e laços de sociabilidade que criam o “aparente” senso de proteção contra o vírus no local, tanto que muitos dos moradores não usam máscara por se sentirem protegidos. A comunidade acaba sendo percebida como uma extensão da casa, conforme observado nas falas das entrevistadas.

Foram entrevistadas 25 mulheres da Comunidade Quilombola Buieié, em Viçosa/MG. Elas carregam as marcas do território rural que habitam, interseccionados por raça e classe social. A maioria delas vive com renda familiar de até um salário mínimo, o que as colocam na condição de pobreza. O perfil socioeconômico dessas mulheres vai ao encontro do resultado da pesquisa por amostra de domicílio (PNAD, 2019). As entrevistas, realizadas entre agosto e outubro de 2020, lançaram mão de roteiro semiestruturado e foram conduzidas por Carina Veridiano, aluna do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ela é quilombola e moradora no Buieié, portanto foram tomados todos os cuidados

para preservar a comunidade. A análise dos dados e do conteúdo destas entrevistas foi realizada manualmente pelos pesquisadores, que trataram e analisaram o *corpus* textual. Este procedimento sistemático para levantamento de indicadores, que permitam a realização de inferência sobre determinado texto, segue metodologia de Bardin (1977).

As entrevistas foram feitas com mulheres entre 18 e 76 anos. Entre as entrevistadas, 18 se autodeclararam pretas e sete pardas. Catorze delas são solteiras, nove casadas e duas viúvas. Sete não têm filhos e cinco possuem somente um filho. Apenas duas das entrevistadas possuem dois filhos. Acima da média nacional de dois filhos, encontraram-se 11 participantes da pesquisa. Possuem maior número de filhos as mulheres na faixa-etária entre 57 e 67 anos e com menos anos de escolaridade.

Quanto à ocupação principal, seis são estudantes (três cursando ensino médio e três universitárias), 12 entrevistadas são do lar, três são domésticas/faxineiras e quatro têm a agricultura como função principal. Quando perguntadas sobre a renda familiar, 12 entrevistadas responderam que vivem com um salário mínimo por mês. Dez entrevistadas vivem com menos de um salário mínimo no mês e apenas duas vivem com uma renda entre um e dois salários. Uma das entrevistadas não soube responder. Se considerarmos que a média de membros da família é 3,44, chegamos a renda per capita de R\$ 342,15. A maioria das mulheres conseguiu o acesso ao chamado auxílio emergencial³, mas destacam-se as situações

2 Em Minas Gerais existem 420 comunidades quilombolas segundo a Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 – IBGE (2020).

3 “O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise”. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio>



em que a falta de conhecimento com os aplicativos bancários e o acesso à internet foram impedimentos para que o benefício chegasse à família.

3. Articulações teóricas entre comunicação de riscos e comunicação intercultural

Em tempos de crises de saúde pública, como a pandemia do novo coronavírus, as agências de saúde precisam ampliar suas estratégias de comunicação em saúde pela necessidade de se criar normas e mecanismos de práticas próprios para se comunicar riscos e responder a emergências (Glik, 2007). A comunicação de risco (CR) pode ser compreendida enquanto uma troca de informações e opiniões sobre determinado risco. É definida pela Organização Mundial de Saúde - OMS (2018) como a troca de informações, conselhos e opiniões em tempo real entre peritos ou funcionários e pessoas que enfrentam ameaças à sua sobrevivência, saúde ou bem-estar econômico ou social.

Os estudos sobre a CR consideram desde a elaboração de mensagens sobre a natureza do risco até as preocupações, opiniões e reações resultantes da divulgação das mensagens, além das questões legais que abordam o processo de gestão do risco (Lofsted, 2012; Heydari et al., 2021). Neste sentido, a CR desempenha um papel fundamental em termos de enquadramento do risco, que são estruturas inconscientes que organizam e traduzem as experiências de vida e aplicam esquemas interpretativos sobre os riscos (Silva, Fra-Paleo, Ferreira Neto, 2019), facilitando o consenso social sobre a construção e distribuição do risco. Estudos recentes já apontaram que indivíduos expostos a informações precisas e confiáveis tendem a adotar comportamentos mais preventivos durante o surto de uma epidemia (Wang et al, 2020).

Como os riscos são variados e as populações

também, esta comunicação tem um caráter dinâmico, já que precisa ser ajustada a cada situação (Glik, 2007). A adequação da CR para os diferentes públicos é outro aspecto relevante, e concerne sobre a adaptação das mensagens para diferentes grupos, considerando as distintas estruturas sociais, culturas, estilos de vida, educação, classe social e outros aspectos demográficos como gênero e pertencimento racial (Lopes e Leal, 2020). É preciso lembrar que as experiências dos riscos, sejam elas individuais ou sociais, atravessam as dimensões culturais, sociais e psicológicas, e cada uma destas interações interfere na percepção do risco pelo público e nos comportamentos associados a ela (Kasperson et al., 1988).

Nesta perspectiva, Airhihenbuwa et al (2020, p.4) sustentam que o engajamento da comunidade ao enfrentamento à pandemia requer das autoridades em saúde conhecimento da cultura para o enquadramento da comunicação. “A lógica cultural de diferentes sociedades molda e influencia suas estratégias de prevenção [...] as mensagens de comunicação devem incluir múltiplas lógicas culturais [...]”. Esse aspecto merece ser destacado por colaborar para se pensar a comunicação para a lógica cultural das comunidades quilombolas, na qual a vivência coletiva e os laços de sociabilidade interferem na percepção dos riscos da Covid-19 e criam a aparente sensação de proteção dentro da comunidade.

A partir das particularidades observadas em relação às comunidades quilombolas, o conceito de comunicação intercultural (CIC) contribui para ampliar a problematização sobre a gestão da CR. O diálogo entre as duas concepções é visto quando a CR destaca a relevância das subjetividades, da percepção individual e coletiva que se articulam para percepção dos riscos e incorporação das medidas de proteção. A CIC, por outro lado, é uma abordagem das relações entre os grupos, reconhecendo e respeitando suas

diferenças culturais. Busca “a adaptação mútua [...] ao invés da simples assimilação, e apóia o desenvolvimento da sensibilidade intercultural por parte de indivíduos e organizações” (Bennett, 2013). Destaca-se, deste modo, que “comunicação e cultura são dimensões sinérgicas que não funcionam separadamente (Ferrari, 2015, p.44).

Relevante sublinhar que a perspectiva da comunicação intercultural surge com a compreensão de que os espaços populares são formados por diversas redes sociais nas quais se fazem presentes diversas práticas e representações (Sabbatini, 2011). A CIC, portanto, considera a realidade comunicacional das comunidades periféricas nas quais reside a percepção de que as desigualdades sociais e econômicas se mantêm apesar da evolução tecnológica (Oliveira, Sabbatini, 2020). Inequidades essas que se exacerbaram durante a pandemia, dificultando ainda mais o acesso desses grupos marginalizados a serviços básicos. Neste cenário, a comunicação requer ainda mais esforços das autoridades para o diálogo intercultural que crie engajamento de grupos sociais diversificados, empatia e disposição para considerar diferentes perspectivas (Unesco, 2020).

Entretanto, pesquisas sobre comunicação e pandemia têm apontado distanciamento da abordagem da CIC. As campanhas em diversos países têm focado no comportamento individual, inclusive no Brasil onde a comunicação promovida pelo governo federal tem sido generalista e destinada aos indivíduos, não tendo sido realizada nenhuma comunicação direcionada a populações rurais e comunidades tradicionais (Lopes e Leal, 2020; Ventura e Bueno, 2021). “A comunicação sobre riscos individuais é importante, mas é provável que a prevenção e o controle de mensagens sejam alcançados quando se envolve a voz daqueles que vivem nas comunidades, especialmente as que suportam o fardo mais pesado da pandemia” (Airhihenbuwa

et al., 2020, p.1).

A comunicação focada no indivíduo ainda demonstra fragilidade porque as desigualdades estruturais limitam as escolhas individuais, como critica Casazza (2020) “Os meios de comunicação repetem exaustivamente: “para a prevenção ao coronavírus é preciso lavar as mãos com apenas água e sabão, várias vezes ao dia”. Todos os brasileiros têm acesso a água e sabão? Adotar práticas de higiene depende de condições socioeconômicas que precisam ser consideradas num país que 45,2 milhões vivem em moradias com alguma inadequação, entre os quais 31,3 milhões são negros (IBGE, 2020). Isso aponta que a distribuição dos riscos à saúde varia de lugar para lugar, é importante adaptar as comunicações de saúde pública por território, de modo a refletir tanto o nível de ameaça e as distintas necessidades de informação dos indivíduos localizados em uma determinada área (Slavik et al., 2021).

Neste contexto, as lentes da folkcomunicação contribuem por analisar os fluxos comunicacionais dos grupos marginalizados na busca de compreender as ferramentas utilizadas por estes, sejam celulares, sejam grafites e murais, e de que maneira estas causas lhes tocam (Oliveira, Sabbatini, 2020). Deste modo, de acordo com os autores, em meio a uma crise de saúde, as informações que são veiculadas oficialmente não equivalem à leitura que diferentes públicos fazem, o que repercute em como estes se apropriam desta leitura para tomar decisões no cotidiano.

Os aspectos discutidos da adequação das mensagens pela CR (OMS, 2018; Covello, 2003) e a consideração da comunicação intercultural (Airhihenbuwa et al 2020; Ferrari, 2015; Lopes e Leal, 2020; Oliveira, Sabbatini, 2020; Sabbatini, 2011) dialogam com o campo de estudos da comunicação e saúde. Para os pesquisadores desta área, a comunicação é um direito à saúde (Araújo e Cardoso, 2007), assim como há “indissociabilidade entre os direitos à saúde e



à comunicação e os conceitos de democracia e cidadania (Stevanim e Murtinho, 2021, p.13).

Entre princípios que orientam o SUS⁴, a universalidade e equidade colaboram para a discussão proposta neste trabalho. O primeiro versa sobre o problema do acesso, não apenas da exclusão digital, mas de “apropriação: apropriar-se de algo é tornar este algo próprio e isto só é possível na medida em que o dispositivo de comunicação é adequado aos seus destinatários” (Araújo e Cardoso, 2007, p.63). No Brasil, no primeiro ano da pandemia, Lopes e Leal (2020) verificaram que a comunicação governamental teve como suporte as redes sociais e o website. Desconsiderou-se, portanto os desconectados que somam 47 milhões de brasileiros. Ao se observar o marcador cor/raça, os números são ainda maiores: 35% da população indígena e 29% da negra não estão conectados. Isso indica que, ao fazer opção unicamente pela comunicação digital, o governo expôs ainda mais os segmentos vulnerabilizados pela ausência de acesso à informação.

O princípio da equidade do SUS considera as desigualdades sociais, o contexto e a posição que o sujeito possui no mundo que impactam a forma de acesso e apropriação das informações (Araújo e Cardoso, 2007). A equidade refere-se às diferenças, “[...]condições de vida e saúde, necessidades e possibilidades das pessoas e a necessidade de tratar diferentemente os desiguais. Tendo como premissa a existência de uma sociedade desigual, fala de estratégias redistributivas” (idem, p.64).

4. Resultados e discussões

Algumas características do perfil das entrevistadas precisam ser retomadas para melhor compreensão dos hábitos de consumo midiático.

A maioria vive em condição de pobreza, 16 delas são chefes de família, por isso conseguiram acessar o auxílio emergencial. Todavia, destacam-se as situações em que a falta de conexão com a internet e literacia sobre as tecnologias digitais, como aplicativos bancários, se apresentaram como entraves para que o benefício chegasse às famílias. Houve três relatos sobre tais fatos e inclusive uma reclamação: “[comecei] a receber depois de três meses. O pagamento demora para sair. Eles [governo] não falam nada e ficamos sem saber o porquê” (Participante 10, 2020).

A condição socioeconômica impacta no acesso às tecnologias e, consequentemente, restringe as opções à informação. Entre as participantes da pesquisa, 18 responderam que têm rádio e televisão em suas casas. A presença de computadores, seja de desktop ou notebook/tablet, ocorre apenas na casa de sete entrevistadas. Somente seis casas possuem acesso a algum provedor de internet. Sete mulheres não fazem o uso do celular e 14 afirmaram ter acesso à internet. Destaca-se que quatro conectam a internet na casa de vizinhos e/ou parentes e também nos locais de trabalho.

A televisão é a principal fonte de informação entre as entrevistadas. Conforme demonstra o gráfico 1, 60% delas se informam exclusivamente pela televisão. Argumentam ser esse o meio “mais fácil de entender e compreender as informações, por ser uma fonte mais segura e confiável” (Entrevistadas 14 e 19). Outra respondente (21) prefere a televisão “Porque na televisão vejo as pessoas falando é mais fácil para entender”. Outra destacou “Eu prefiro a televisão, porque ela é um meio mais fácil, explica e a gente vê o povo falando e nas redes sociais às vezes tem *Fake News*⁵” (Participante 22).

4 Princípios doutrinários: universalidade, equidade e integralidade, princípios organizativos: descentralização, hierarquização e participação.

5 Notícias de fontes não críveis, que mesmo apresentando falsidade intencional e verificável, possuem capacidade de induzir leitores ao erro (Allcott e Gentzkow, 2017).

Gráfico 1- Fontes de informação.

Fonte de informações sobre o novo coronavírus

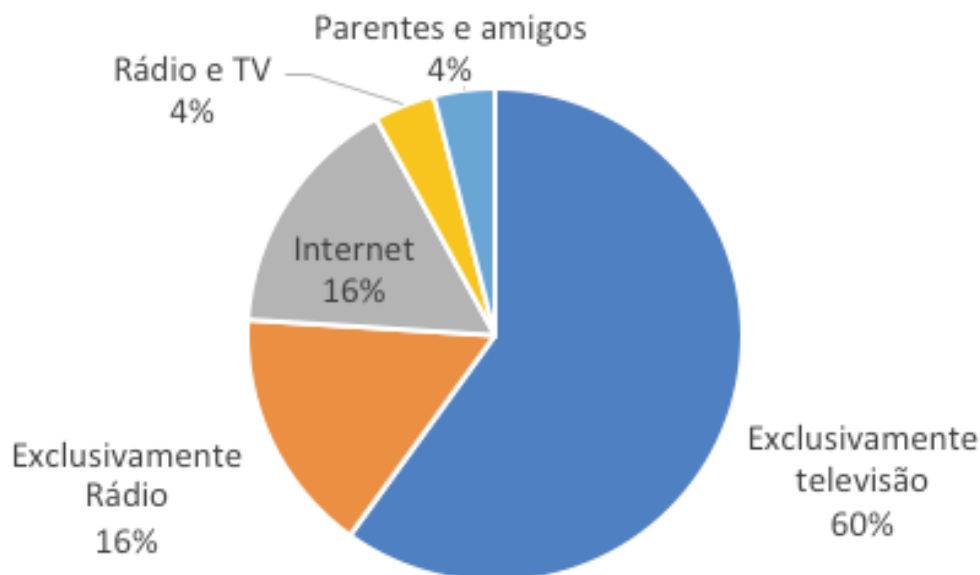


Figura 3 Elaboração própria com dados da pesquisa

Quatro entrevistadas mencionaram a importância de se assistir aos telejornais para se informar sobre a pandemia. Para elas, essa é a fonte principal de informação sobre o novo coronavírus. O telejornal, ao mesmo tempo que pode passar informações úteis sobre o risco e prevenção da Covid-19, veicula notícias e dados sobre as consequências da pandemia no mundo, o que pode gerar angústia e comprometer a absorção de informações importantes, a exemplo da fala de uma das entrevistadas: “Sim, explicou claramente, mas também assustou muito as pessoas com informações, deu um choque com o tanto de que morreram, muitas adoeceram, a televisão trouxe informação, mas também um apavoramento” (Entrevistada 7).

Outro aspecto relevante observado na pesquisa é que não há distinção entre noticiário e as campanhas institucionais sobre a Covid-19. As notícias são realmente o número de mortes, o alastramento da doença no Brasil e no mundo, entre outras. Já as campanhas institucionais são

aquelas voltadas para a prevenção do vírus, incentivando o isolamento social e o uso de máscaras, e mais recentemente sobre a vacinação. Esta confusão é percebida quando se perguntou sobre o que as campanhas institucionais sobre o novo coronavírus mostravam. Para a entrevistada 4, “Mostrava muita morte é nada de bom”; “como o Covid-19 estava avançando pelas cidades e estados, as mortes e a quantidade de pessoas contaminadas” (Participante 12); “mostrou como se proteger, mortes, pessoas contaminadas, como o vírus estava se alastrando e como chegou tão rápido nos países e cidades do mundo inteiro” (Participante 18); “mostrava como o vírus estava se disseminando entre as pessoas, e também mostrava muito o tanto de hospitais que estavam sendo construídos, porque os casos só iam aumentando” (Participante 7); “mortes, pessoas no hospital sendo intubadas no CTI, grande quantidade de covas que estavam sendo abertas, o boletim diário de como a doença estava avançando” (Participante 19).



Para as mulheres do Buieié, o rádio também desempenha papel importante, sendo que 16% das entrevistadas se informam exclusivamente por este meio. De acordo com as entrevistadas, a preferência se dá porque “Acho que o rádio é mais fácil, pois está falando toda hora como a cidade e seus entornos estão” (Participante 17) ou “Porque eu faço os serviços domésticos e fico ouvindo o rádio que traz informações diárias de como estão as coisas na cidade, é o boletim do coronavírus” (Participante 16).

Para 13% das entrevistadas, a informação sobre o novo coronavírus é obtida exclusivamente pela internet, pois, segundo uma entrevistada “Temos uma visão ampla pela internet, as informações são do mundo todo e o tanto de casos” (Participante 15). De acordo com outra entrevistada, “No *Facebook* pega as informações mais concretas, já no jornal eles passam só um resumo da notícia, na internet a notícia é completa.” A entrevistada usa como sinônimos *Facebook* e internet, contudo, não podemos afirmar a qualidade da informação e a credibilidade da fonte. As interações *on line*, por serem mediadas por meios técnicos, transmitem informação e conteúdo simbólico a indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos, e que podem não compartilhar o mesmo referencial (Thompson, 2014).

Quando as entrevistadas foram perguntadas sobre a utilidade e a compreensão das informações que elas acessaram sobre o novo coronavírus, muitas afirmaram ser de grande utilidade, “Eu entendi que não pode ficar aglomerando no meio de muita gente, usar álcool em gel, ter umas ou três ou quatro máscaras, usar sempre que sair de casa e lavar as mãos constantemente”; “As maneiras de prevenção e do isolamento social, de que precisavam parar tudo para

não haver transmissão, assim fechou os comércios, fizeram barreiras na entrada da cidade, tirou os ônibus para evitar aglomeração e contágio”. (Entrevistada 15) “A dificuldade foi entender como o vírus começou, disse que veio do morcego, depois da China e depois do porco” (Entrevistada 22).

Além dos meios de comunicação, pode-se obter informações sobre os riscos da pandemia por outras fontes, não oficiais, mas que compõem uma rede de comunicação. Neste sentido 87% das entrevistadas afirmaram receber outras informações através de parentes e amigos, 8,6% de agentes de saúde e 4,4% dentro da igreja. Uma única entrevistada afirmou que só se informa por meio de parentes e amigos, pois acha que eles explicam para ela de forma mais clara sobre o risco da Covid-19.

Destaca-se que o poder público não considerou a estratégia de o “two-step flow of communication” (Oliveira, Sabbatini, 2020), princípio básico da Folkcomunicação, não inserindo intermediários nos fluxos de comunicação sobre a pandemia, como as lideranças quilombolas, que compartilham do mesmo universo simbólico das entrevistadas. A tentativa mais similar de realizar uma aproximação entre a comunicação sobre a pandemia e seus públicos de interesse, pode ser percebida na campanha “Minas é do tamanho dos mineiros⁶”, lançada pela secretaria de saúde do estado, em dezembro de 2020 e afirma que o estado de Minas Gerais está pronto para superar a crise. Nesta campanha o estado utiliza apenas uma semelhança geral de sua população na tentativa de realizar

6 Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/estado-lanca-campanha-para-sensibilizar-a-prevencao-da-covid-19>>. Acesso em: 23 ago. 2021

uma comunicação mais próxima dos mesmos, entretanto ao fazer isso apenas reforça o caráter generalista de suas ações comunicacionais.

Ao falar da comunicação do governo mineiro, ressalta-se que, assim como o governo federal, Minas Gerais também concentrou suas ações nos meios digitais. Apenas três campanhas foram veiculadas nas mídias tradicionais e mais presentes na cultura das mulheres entrevistadas neste trabalho. As duas primeiras foram divulgadas em junho de 2020 e são assim divididas: uma focada no Programa Minas Consciente⁷ e outra trata-se do balanço das ações estaduais para o enfrentamento a crise sanitária⁸, dando enfoque na eficiência da administração estadual na gestão da pandemia.

5. Considerações finais: o nacional, o estadual e a inadequação da comunicação

No Brasil os desconectados somam 47 milhões de brasileiros. Em meio a uma crise sanitária como a do novo coronavírus as ações de comunicação dos riscos realizadas de forma adequada auxiliam na prevenção da doença e podem salvar vidas. Entretanto, o governo federal não considerou as especificidades da população brasileira em suas ações de comunicação. Os meios digitais foram o foco das estratégias comunicacionais do governo federal e do estado de Minas Gerais. A ausência de campanhas massivas na televisão ou no rádio entre as estratégias governamentais

para engajar a população na prevenção da Covid-19 desconsiderou os desconectados e as características do consumo midiático de populações como a estudada neste trabalho, que buscam se informar principalmente por esses meios.

Além da concentração da comunicação dos meios digitais, a pesquisa aponta para a ausência de adequação das mensagens aos grupos sociais, sobretudo às comunidades tradicionais. A pesquisa de Lopes e Leal (2020) revelou que as campanhas do governo federal, entre março e setembro de 2020, tiveram ênfase generalista. A segmentação mais visível foram os filmes institucionais destinados a diferentes regiões brasileiras, além de duas peças destinadas às crianças, ou melhor, aos cuidados que pais e responsáveis deveriam ter para protegê-las do vírus.

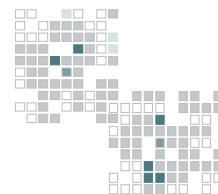
No mesmo período, apenas 16 peças de comunicação entre as 94 publicadas pelo governo mineiro no Facebook foram adaptadas. O público-alvo foram trabalhadores, em geral, e aqueles que atuam como entregadores ou motoristas; crianças, pais ou responsáveis, e gestantes. Não houve priorização da população rural, indígena e quilombola.

Destaca-se ainda que tanto no âmbito federal ou estadual não se atentou para envolver as mulheres que ocupam, especialmente nas comunidades rurais e tradicionais, o papel de responsáveis pelo cuidado, seja da família ou da própria comunidade. Embora as mulheres tenham sido as mais afetadas pela pandemia pela vulnerabilidade e sobrecarga de trabalho, a perspectiva de gênero tem sido negligenciada tanto nas campanhas governamentais como na cobertura jornalística. Destacam Lago et al. (2020, p.97) que “a pandemia não tem rosto de mulher. Não é narrada, pensada, relacionada às mulheres”.

A pandemia tem mostrado que os grupos mais vulneráveis continuam à margem do apoio

7 O Programa “Minas consciente – retomando a economia do jeito certo” objetiva lidar com os estágios da pandemia de acordo com sua manifestação em cada região e orienta uma “retomada segura das atividades econômicas nos municípios do estado”. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

8 Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/cidadao/banco-de-noticias/story/13055-campanha-divulga-importancia-do-plano-minas-consciente>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

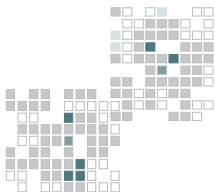


estatal para enfrentar a crise atual. Contudo, resistem e criam estratégias de sobrevivência. As comunidades quilombolas têm se organizado

e se (re)configurado como espaços de novas resistências, o que será analisado em trabalhos futuros.

Referências

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236. 2017. Doi: 10.1257/jep.31.2.211
- ARAÚJO, I; CARDOSO, J. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- AIRHIHENBUWA C, et al. Culture Matters in Communicating the Global Response to COVID-19. *Prev Chronic Dis*. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5888/pcd17.200245>.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977;
- BENNETT, Milton. Revised Edition, Basic Concepts of Intercultural Communication: Paradigms, Principles, & Practices. Boston: Intercultural Press, 2013.
- BRASIL. Decreto n.6040/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades dos Povos Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 mar.2021
- CALDWELL, K. L.; ARAÚJO, E. COVID-19 is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery. 2020. <https://theconversation.com/covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430>. Acesso em mar. 2021
- CASAZZA, I. O acesso à água e os excluídos da prevenção à Covid-19. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1789-o-acesso-a-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-a-covid-19.html#_YRk40T2Sk2w. Acesso em: 02 mar. 2021
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO Cetic-BR. Disponível em <https://cetic.br/pt/pesquisas/> Acesso em: 10 mar. 2021
- COVELLO, V. T. Best practices in public health risk and crisis communication. *Journal of Health Communication*, v. 8, n. February 2003, p. 5-8, 2003.
- ETOWA, J., HYMAN, I. Unpacking the health and social consequences of COVID-19 through a race, migration and gender lens. *Can J Public Health* 112, 8-11. 2021. <https://doi.org/10.17269/s41997-020-00456-6>
- FERRARI, M.A. *Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- FOLHA DE SÃO PAULO. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha. Em 23/03/2020. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml?ga=2.146455476.1677150191.1616248670-733122905.1606862120>
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991
- GLIK, D. C. Risk communication for public health emergencies. *Annual Review of Public Health*, 28, 33-54. 2007 <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.28.021406.144123>
- GOMES, N. L. A questão racial e o novo coronavírus (1-8). Ed. Friedrich-Ebert- Stiftung, Brasil. 2020 ISBN 978-65-87504-02-5
- HEYDARI, S. T., et al. The effect of risk communication on preventive and protective Behaviours during the COVID-19 outbreak: mediating role of risk perception. *BMC Public Health*, 21(1), 1-11. 2021. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-10125-5>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 Notas Técnicas. 2020 <https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/9556f8bfb3834b86a8cbe907a3cd0d2d/data> Acessado em 29/04/2021
- KASPERSON, R. E.; et al. The social amplification of risk: a conceptual framework. *Risk Analysis*, v. 8, n. 2, 1988.
- LAGO, C.; et al. A pandemia não tem rosto mulher. *Revista Alaïc*, v. 19, n. 35. 2020
- LOFSTEDT, R. *Risk Management in Post-Trust Societies*. Londres: Ed. Routledge, 2012.
- LOPES, I. Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 15(2). 2021. doi:<https://doi.org/10.29397/reciis.v15i2.2409>
- LOPES, I, LEAL, D. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do



- Brasil. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación* N.º 145, (Sección Diálogo de saberes, pp. 261-280). diciembre 2020 - marzo 2021. ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
- MACIAZEKI-GOMES, R.C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), p. 115-124, 2016.
- NORONHA, K. Et al. Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. *Cadernos de Saúde Pública* ISSN 1678-446436 n.º.6 Rio de Janeiro, 2020.
- OLIVEIRA, M. P. & SABBATINI, M. (2020). Perspectivas contemporâneas da Folkcomunicação. In book: *Desafios da comunicação em tempo de pandemia: um mundo e muitas vozes*. Ed. Intercom. 2020.
- OLIVEIRA, M. P., CORRÊA B., AGUILAR, C. Y. Folkcommunication: a Latin American Approach for the Research of the Cultural Manifestations. *International Journal of Humanities and Social Science* 7(2):2372-4803. 2019
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência*. Genebra: WHO, 2018.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO - PNAD 2019. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>. Acesso em: 9 abr.2021.
- .REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. *Digital News Report*. 2020.
- SABBATINI, M. “Gente diferenciada” e a favelização digital: olhar folkcomunicação sobre conflitos interculturais no terreno da convergência digital. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE. 2011
- SILVA, N. T. C.; FRA.PALEO, U.; FERREIRA NETO, J. Wildfire Risk and the Role of Local Media in the Amazonian and Temperate Forests. *Int J Disaster Risk*. 2019. <https://doi.org/10.1007/s13753-019-00243-z>
- SLAVIK C.; et al. Examining Tweet Content and Engagement of Canadian Public Health Agencies and Decision Makers During COVID-19: Mixed Methods Analysis *J Med Internet Res* 2021;23(3): e24883DOI: 10.2196/24883
- SOARES, I.P. *Ainda guardo o direito de algum antepassado de cor: luta quilombola brasileira*. *Revista Kátal*, Florianópolis, v. 21. n. 3, p. 574-583m set./dez. 2018.
- STARR, L. T., O’CONNOR, N. R., MEGHANI, S. H. Improved Serious Illness Communication May Help Mitigate Racial Disparities in Care Among Black Americans with COVID-19. *Journal of General Internal Medicine*, 36(4), 1071-1076. 2021. <https://doi.org/10.1007/s11606-020-06557-9>
- STEVANIM, L. F.; MURTINHO, R. *Direito à comunicação e saúde*. [s.l.] Fiocruz, 2021.
- TEIXEIRA, J C. Brazilian housemaids and COVID-19: How can they isolate if domestic work stems from racism? *Gender Work Organ.*; 28(S1): 698– 707. 2021. <https://doi.org/10.1111/gwao.12536>
- THOMPSON, J. B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- VENTURA, D. de F. L., BUENO F. T. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. *Foro Internacional*. Vol. LXI, 2 (244) 2021 doi: <https://doi.org/10.24201/fi.v61i2.2835>
- WANG X., et al. Risk communication on behavioral responses during COVID-19 among general population in China: A rapid national study. *Journal of Infection*, 81, p. 911-922. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jinf.2020.10.031>

